

O PAPEL DA GESTÃO FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR: ANÁLISE DA PRÁTICA EDUCATIVA DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ/CE

Marcos Antonio do Nascimento ¹
Leticia de Aragão Monção ²
Marcelo Evandro de Sousa Lopes ³
Amélia Soares André ⁴

RESUMO

Este trabalho se fez mediante as atividades da disciplina de Escola e Inclusão Social da Universidade Estadual Vale do Acaraú, do curso de Pedagogia. O objetivo desse trabalho é analisar e discutir o papel da gestão escolar frente a diversidade inclusiva escolar, seja ela por etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, etc., focando a prática educativa de uma escola no município de Acaraú-CE. Participaram da pesquisa sujeitos de forma aleatória. A análise ocorreu em uma escola da zona rural da cidade de Acaraú-CE. A metodologia utilizada nesse artigo foi uma pesquisa qualitativa descritiva, mediante observações e com a ajuda de revisões bibliográficas como: Abramowicz (1997), Cury (2002), Stainback (1999) dentre outros e por meio de uma seleção de artigos acadêmicos, livros, lei, os quais ajudaram na busca de fundamentação teórica. Podemos observar ao longo desse artigo e a convivência na escola pesquisada uma harmonia, onde através da convivência com as diferenças as crianças vão moldando uma sociedade altruísta, um mundo melhor onde todos ganham e isso é papel primordial do professor, da comunidade escolar e do conjunto familiar; o ensinar a conviver, a se adaptar com o outro, a valorizar o próximo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Prática Educativa; Escola; Educação.

INTRODUÇÃO

Inclusão social é o conjunto de ações que garante a inserção igualitária de todos cidadãos, independente da classe em que está inserida, da condição física, da educação, do gênero, entre outros aspectos.

1Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
marquinhosns1998@gmail.com

2Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Leticiacarmosina@gmail.com

3Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
marceloevandro96@gmail.com

4Professora do curso de Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Mestre em Gestão Educacional. amelimel@yahoo.com.br

De acordo com Sasaki, “É um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas” (2010, p. 40).

“Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens” (Mazzotta, 1989, p.39).

Gestão escolar é um conceito construído e reconstruído com o passar dos anos, pois se remetia em sua interpretação como algo voltado a valores políticos sem ênfase no educacional. Com as mudanças e a percepção de alguns autores, a mesma veio ter significação com um teor mais pedagógico se tornando algo fundamental em um processo de inclusão escolar, colocando a participação de todos em busca da melhoria educacional da instituição.

A educação inclusiva na perspectiva escolar, para seu bom funcionamento, depende exclusivamente da forma de gerenciamento da gestão escolar, que de acordo com Santos Filho (1998) a gestão escolar é um processo de administração na qual leva o conceito de compartilhamento de ideias e a participação do corpo docente no processo de organização e funcionamento da escola.

Inclusão Escolar não se remete ao termo “deficiência” como alguns ainda alegam titular; Inclusão escolar está ligada a todas as pessoas que se encontram inseridas no sistema regular de ensino, mas não tem as mesmas oportunidades dentro do corpo escolar. Atenta-se lembrar de que as diferenças se fazem igualitárias quando essas pessoas são colocadas em um grupo que as aceite, pois acrescentam a si e aos outros a capacidade de mostrar que todos têm os mesmos direitos e tendem a receber as mesmas oportunidades perante a vida.

Há atualmente uma gama de pensamentos sobre inclusão e os tipos que a mesma oferece; que diferem de uma realidade alternativa onde há várias circunstâncias que podemos observar desde o pensamento sobre inclusão que gira em torno de um só que é o de caracterizar a mesma ao termo “deficiência”. Ao longo do aprendizado podemos observar os diferentes rumos que a inclusão toma; pautando-se ao ambiente escolar. A escola não foge dos padrões impostos pela sociedade em questão de inclusão; onde ao longo desse artigo observaremos como a escola reage a esse tipo de assunto e seu pensamento a respeito dos alunos que ainda se submetem a transcendência exclusiva a essas pessoas.

O interesse da pesquisa sobre a temática proposta se deu mediante as aulas da disciplina Escola e Inclusão social do curso de Pedagogia da Universidade estadual Vale do Acaraú-CE.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é analisar e discutir o papel da gestão escolar frente a diversidade inclusiva escolar, seja ela por etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, etc..., focando a prática educativa de uma escola no município de Acaraú-CE. E como objetivos específicos, conhecer os pontos de vista dos docentes a respeito do tema abordado, bem como do gestor acerca da inclusão social, investigar as medidas de inclusão formuladas e aplicadas pela instituição, identificar possíveis ações de inclusão no seio da escola, observar práticas educativas inclusivas no contexto escolar.

Utilizamos como aporte teórico autores que discutem a questão em pauta como : Abramowicz (1997), Cury (2002), Stainback (1999), dentre outros.

Perante essas observações, é de forma gradativa que esse trabalho vai mostrar a aceitação dos alunos, família e núcleo gestor em relação a Inclusão Social, vislumbrando os pontos nos quais os entrevistados discutiram, e que seriam de grande importância para uma melhor adequação e conscientização de todo corpo escolar sobre a inclusão fazendo alusão aos perfis dos alunos que frequentam regularmente a instituição.

METODOLOGIA

A pesquisa de cunho qualitativo presente nesse trabalho se deu partindo de uma entrevista com perguntas sobre a ação educativa da instituição, se fundou em estudos bibliográficos, observações e posteriormente a pesquisa de campo no qual foi analisado durante três semanas o que a escola fazia para contextualizar o trabalho proposto, sendo uma organização pública que atende educação infantil e fundamental (1º ao 3º ano), localizada na cidade de Acaraú - Ceará. Para a realização da pesquisa utilizamos um método de entrevista qualificando como qualitativa, onde foi levado em conta a opinião dos entrevistados, uma vez que, nossa reflexão parte sobre o compreensão da gestão e os docentes escolares com relação a esse assunto – A Inclusão Social- e como os mesmos reagiram ao se deparar com casos escolares sobre exclusão de alunos a outros. A pesquisa se deu com duas pedagogas e uma gestora, onde me relataram a dinâmica escolar, atividades e o propósito da escola em relação ao tema abordado.

A pesquisa foi feita com duas professoras formadas em pedagogia e com especialização em português e matemática, respectivamente; e uma gestora formada em

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pedagogia com especialização em gestão escolar, atuando há três anos na referida escola, e dois pais que acompanhavam seus filhos até a escola.

A começar pelos relatos das professoras, foi feita uma análise sobre o entendimento do corpo docente escolar acerca do tema e os métodos utilizados no dia-a-dia, especificamente, na prática educativa da escola frente a casos de Inclusão social.

Com ajuda de revisões bibliográficas, por meio de uma seleção de artigos acadêmicos, livros, leis, bases de periódicos como o Portal da Capes, os quais ajudaram na busca de fundamentação teórica, a qual resultou no fomento de sustentação dos resultados e discussões da análise do atual cenário que a inclusão se insere no Brasil, bem como refletir a partir das informações e conhecimentos que a escola tem a respeito da inclusão quando existente em seu corpo discente, também fez parte à leitura de obras de autores que se dedicaram ao estudo do mesmo, no intuito de ter uma melhor concepção acerca do tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerações iniciais sobre a Inclusão Social

Ao iniciar a pesquisa foi colocado a dispor dos entrevistados um documento constando em seu corpo o que eles intitulavam de inclusão social e escolar, “ inclusão Social está ligado ao termo de todas as pessoas estejam inseridos na sociedade, e Inclusão Escolar remete ao termo de todas as pessoas que estudam possa ter o direito de estudar, de se locomover até a escola, prédios apropriados e adaptados” relata uma entrevistada.

De modo geral, o termo é utilizado ao fazer referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência às escolas de ensino regular e ao mercado de trabalho, ou ainda a pessoas consideradas excluídas, que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos como: condições socioeconômicos, gênero, raça, orientação sexual, entre outros. Por conseguinte, o termo inclusão já trás implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está apoiada na dialética inclusão/ exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos.

Ao adentrarmos no tema de Inclusão Social, cabe a nós olharmos para a sociedade e saber o quão importante é a inclusão para ela, porque vivenciamos uma grande diversidade social de cada pessoa (gênero, etnias, raça, cor, religião, física ou psicológica). Inclusão Social é toda a pessoa que não tem os mesmos direitos dentro da sociedade.

Considerando proposições como as da Organização das Nações Unidas (ONU) de que “Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos”, pode-se afirmar que a inclusão pauta-se em um processo de melhorar as condições para que os indivíduos e grupos possam participar da sociedade, garantindo que as pessoas tenham voz nas decisões que afetam suas vidas e que gozem de igualdade de acesso a mercados, serviços e espaços políticos, sociais e físicos.

De acordo com a constituição, inserir alunos com algum déficit, seja físico ou mental, nada mais é do que garantir o direito de toda a educação; e a escola, sociedade e professores tendem a acolher a diversidade humana dos diferentes segmentos mencionados “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias as minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (WERNECK, 1999, p-108) ³.

Desde o início dos seus trabalhos que os membros da Comissão da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) compreenderam que seria indispensável, para enfrentar os desafios do próximo século, assinalar novos objetivos a educação e, por tanto, mudar a ideia de que se tem da sua utilidade. Tendo como princípio fundamental "dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (Brasil, 1997, p. 17).

Uma nova concepção ampliada de educação devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, (saber – fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser.

Sabe-se que o processo de Inclusão Social requer a participação efetiva de todos a fim de formar indivíduos capazes de vivenciar, conviver com as diferenças, respeitando criando assim uma sociedade altruísta, mas para que isso venha a acontecer requer a formação profissional, (Escola-Professor) e a participação Política e Econômica (Governo), que com essa parceria sejam capazes de qualificar toda educação prevista para toda classe de aluno tendo eles particularidades ou não.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para

construírem vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2010, p. 172).

Torna-se perceptível, que ao decorrer do tempo, o paradigma da inclusão vem buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com características pertencentes aos grupos excluídos; a inclusão escolar consiste em ações incorporativas tomadas no âmbito de uma instituição de ensino, espaço este que deve ser parte primordial para a formação do ser humano como um cidadão, visando eliminar o preconceito e a discriminação, independente da sua natureza seja étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, entre outros.

Entretanto, falar sobre inclusão escolar, torna-se necessário repensar o sentido que se está atribuindo à educação, que segundo Paulo Freire a “Educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural” e afirma que “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, assim, portanto a educação está entrelaçada com o processo de socialização já que é exercida em comum, entre as pessoas, nos espaços de convívio social, adequando o indivíduo à sociedade logo as práticas pedagógicas instituídas pelas escolas devem prever a formação contínua do educando.

Assim o artigo tenta abordar toda a política inclusiva e destaca os possíveis entraves que resultou a escola pesquisada a não total adequação por parte escolar a inclusão.

Políticas públicas para a educação inclusiva Escolar

Ainda em seus relatos a gestora nos fala que ações são remediadas pela creche (Coordenadoria regional de Desenvolvimento da Educação) para mostrar aos professores como se pode trabalhar e se basear mediante a exclusão e inclusão de alunos em seu corpo discente. “ A creche sempre oferece capacitações, pois a inclusão hoje está sendo favorecida em leis e cabe a nós nos preparar para possíveis mediações a respeito da mesma”, relata.

Um avanço importante para a sociedade altruísta foi sem dúvida a criação de leis que amparassem legalmente os direitos fundamentais de um cidadão.

A grande questão debatida sobre educação especial e inclusiva teve sua encetadura no século XVI . Inicialmente, a discriminação voltada a esses indivíduos era bastante comum e com o decorrer do tempo, houve uma evolução direcionada para a inclusão desses alunos nas escolas regulares de ensino básico.

Num momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e no presente ainda

significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade (CURY, 2002, p. 07).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN no 9394/96 declaram a educação como um direito fundamental de todo ser humano a ser ofertado de maneira igualitária pela instituição escolar.

Um dos principais documentos voltados a inserção da comunidade inclusiva é de fato a Declaração de Salamanca que aborda a inclusão social. Consta em seus atos:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas prevêm um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

O papel da escola e a formação contínua do professor frente à causa da Inclusão Escolar

A sociedade ao longo do tempo foi se mostrando excludente, incapaz de se submeter às diferenças, portanto cabe à escola a difícil tarefa de preparar todo e qualquer tipo de estudante que se sinta de qualquer forma excluído do meio em que vive; seja ele por questões físicas (cor, formato físico e aparência) ou por questões morais e étnicas (pobreza, homossexualidade) a conviver em sociedade, e de se adequar e se inserir no meio.

Estudante com deficiência requer do professor e da escola um trabalho diferenciado dos demais alunos, o professor precisa estar capacitado a exercer tal função própria, cabe a ele descobrir as potencialidades e ritmos de aprendizado de cada aluno; a fim de trabalhá-lo e educá-lo de acordo com suas particularidades.

Observando as práticas que a professora tinha em suas aulas, foi bastante claro que em nenhum momento a professora teve um “momento separado” com determinados alunos que precisam de um atendimento especializado, ela juntou todos e fez as mesmas tarefas, sempre observando a reação da turma “ há algumas atividades direcionadas aos alunos sim, entre eles está atividades fáceis de aprendizado como de pintar, relacionar conteúdos a figuras, o mesmo conteúdo sabe, mas de uma forma que fique claro para eles” relata uma professora.

Trabalhar a inclusão em grupo, é de fato algo a ter aproveitamento excelente, onde percebi ao longo dessas 3 (três) semanas de pesquisa, a cooperação entre os alunos, trabalhar em parcerias com especialistas, com o acompanhamento preciso dentro e fora dos espaços escolares. O processo de inclusão na escola e a formação docente dos professores é de grande afinco, pois há vários meios dinâmicos de se trabalhar; o diálogo é essencial no aprendizado, explicar o porquê das atividades de alguns colegas serem diferentes, não apontando as diferenças e sim mostrando a igualdade que existem entre eles.

O processo de inclusão na escola e a formação docente dos professores é de grande afinco, pois há vários meios dinâmicos de se trabalhar; “o diálogo é essencial no aprendizado” relata a gestora, explicar o porquê das atividades de alguns colegas serem diferentes, não apontar as diferenças e sim mostrar a igualdade que existem entre eles, são ações que a escola oferece. Santos Mantoan, diz que “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (2003, p. 79).

A gestão da escola, junto com o corpo docente, relataram em suas falas que por mais que o governo de Acaará juntamente com Crede (Coordenadoria regional de Desenvolvimento da Educação) da cidade, mantém e oferece capacitações relacionadas a inclusão e como se portar perante tais situações. A escola não teve desde sua fundação alunos que precisassem de um atendimento especial, porém no ano da entrevista a escola se viu limitada com a entrada de alunos, mesmo tendo todo fomento necessário a causa.

O professor encontra-se perdido em relação à Inclusão e em sua cabeça passa um turbilhão de perguntas quando se deparam com alguém do porte “aluno especial” tais como “como realizar a prova diferente” “como adequar ele aos outros alunos” “não vou conseguir” “como vou reagir se outros tirarem chacota dele” perguntas como essas foram feitas pela professora entrevistada logo após o ingresso do Caio (nome fictício) e Cristina (nome fictício), dois alunos considerados “excluídos” por parte de alguns alunos.

Visto que isso se rege em lei na Declaração de Salamanca sobre princípios políticos e práticas em Educação Especial, com o foco principal de ministrar e preparar a sociedade ao caminho da aceitação.

Participações do meio Político e Econômico

Ainda ligado de forma Secundária e de suma importância a participação do poder público, político, social e econômico interferindo de forma positiva, principalmente em locais

de pequeno porte, onde é analisado o custo de mudanças em ônibus e adaptações escolares e etc, onde serão discutidas se gerará produtividade a sociedade. Alguns ainda têm o pensamento que alguém com deficiência são improdutivos e pouco será investido neles, desse modo à entrada em uma escola e o ingresso no mercado de trabalho é dificultado para os mesmos.

Foi observado no período de pesquisa o aluno X sendo deslocado nos braços dos pais para dentro da sala de aula, por motivos do ônibus não está adaptado e a condição financeira familiar está precária, acarretando assim a dependência da influencia do transporte escolar para alavancar os estudos do seu filhos. “Sinto-me insegura de deixá-lo vir só, ele não é totalmente deficiente, ele anda segurando em algo e todo dia é essa luta de ir e vir deixá-lo” alega a mãe do garoto observado. “Ônibus especializados é bastante difícil de se encontrar nesse interior, pois alegado alto custo, não é fornecido, a despadronização das escolas também é bastante precária, por mais que tenha leis aparando esse contexto, ainda deixa muito a desejar” diz a gestora frente a essa situação.

Percebemos com o projeto de construção da escola observada, a padronização de escolas públicas – um descaso as pessoas com deficiências , onde não são construídos nem rampas , nem elevadores, salas adaptadas banheiros ainda continua sendo uma luta árdua, alegando o alto custo e pouca produtividade e por ser a minoria na população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar ao longo desse artigo e a convivência na escola pesquisada uma harmonia, onde através da convivência com as diferenças - as crianças vão moldando uma sociedade altruísta, um mundo melhor onde todos ganham e isso é papel primordial do professor, da comunidade escolar e do conjunto familiar; o ensinar a conviver, a se adaptar com o outro, a valorizar o próximo;

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (STAINBACK, 1999, p. 21).

Ensinar as crianças ou outros que sofrem com qualquer tipo de exclusão em salas homogêneas, requer por parte do profissional uma atenção maior.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a

maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo (STAINBACK, 1999, p. 29).

Os quatro pilares da educação visa à necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, pilares do conhecimento e da formação continuada (DELORS, 2001) a fim de desenvolver talentos e aptidões de cada indivíduo e orientar a missão fundamentalmente humanista da educação, promovendo o carácter respeitador do meio ambiente humano e natural, e da diversidade de tradições e de culturas (DELORS, 2001) abraçando a ideia de uma educação inclusiva na qual valorize a diversidade humana já que conforme Kunc (1992) “o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”.(Apud SILVA; SANTOS, 2017,p. 4)

Então a partir desse artigo, podemos perceber os diferentes rumos que a Inclusão escolar toma e os problemas que a mesma causa nas escolas e família, bem como a escola se porta para resolução da mesma. Mostrando parcerias benéficas em relação ao tema abordado e tendo em vista uma transformação no ensino que o município/governo oferece e que venha a ser benéfico a todos e não somente a uma parcela da sociedade “um Estado mais enxuto e mais eficiente, que prestará um serviço de melhor qualidade aos cidadãos” (Bresser Pereira, 1998, p.341), não fazendo o uso da restrição da educação que é direito de todos e todas, não se atentando ao seu problema ou deficiência. Precisamos ter respeito com todos, todos temos os direitos iguais. Percebemos ainda a desvalorização do meio político no quesito transporte.

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja inovadora no modo de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. (ABRAMOWICZ, 1997).

Onde o propósito da escola é garantir para toda comunidade escolar um ensino de qualidade baseado no diálogo e no aprimoramento dos valores e , sobretudo , no compromisso efetivo da oferta do trabalho de quem ensina e de quem aprende .

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Jaqueline (Org.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. (1998). **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, SP: 34; Brasília, DF: Enap.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

LEI no 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação**.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Nacional. Brasília: Diário Oficial, no 248, de 23/12/1996.

MAZZOTTA, M. J. S. (1997). **Educação especial**: significação dos termos. In Brasil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Desafios para a educação especial frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: SEESP.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948, Genebra, 1948.

REFERENCIAIS para Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos-Fundamentação Filosóficos a História a Formação-EDUCAÇÃO INCLUSIVA Direito à Diversidade-curso de Formação de Gestores e Educadores.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Kelly Lourenço Trindade da; SANTOS, Ricardo dos. Inclusão social na escola e na sociedade. **R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol**, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/recit/article/view/e7396/pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Quem cabe no seu “Todos”?**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.